



# Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

Aut. Nº	188/04	PROC.	
P.L. Nº	199/04	034/04	
Publ.:	30/12/04		

## LEI Nº 4.637 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004

**“Dispõe sobre a Taxa de Vistoria Sanitária às pessoas prestadoras de serviços de saúde no Município de Indaiatuba e dá outras providências.”**

**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam sujeitos à Taxa de Vistoria Sanitária e à Licença de Funcionamento Sanitária as clínicas e os consultórios prestadores de serviços de saúde no Município de Indaiatuba.

I - O valor Taxa de Vistoria Sanitária para a concessão da Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária para pessoa física é de R\$231,44 (duzentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos);

II - O valor Taxa de Vistoria Sanitária para a concessão da Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária para pessoa jurídica é de R\$347,16 (trezentos e quarenta sete reais e dezesseis centavos).

Parágrafo único – O recolhimento das taxas constantes nos incisos I e II serão feitos junto com o recolhimento da taxa de responsabilidade técnica cujo valor é de R\$61,87 (sessenta e um reais e oitenta e sete centavos).

Art. 2º - Sendo a clínica ou o consultório já licenciados, a pessoa física ou jurídica da mesma formação técnica que vier a integrá-lo posteriormente deverá requerer o seu cadastramento junto ao Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º - Não sendo os profissionais da mesma formação técnica a integrar posteriormente à clínica ou consultórios já licenciados, deverão requerer a licença de funcionamento para a atividade pretendida;

§ 2º – O valor da taxa de cadastramento é de R\$50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e de R\$80,00 (oitenta reais) para pessoa jurídica;

u



# Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 3º - A renovação da Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária, bem como do cadastramento será anual e incidirá os valores constantes dos Incisos I e II, do artigo 1º e § 2º do artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - É obrigatório que os profissionais responsáveis técnicos pela clínica ou consultório encaminhem ao Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, no ato da solicitação da licença inicial e da renovação, relação de todos os profissionais que exerçam suas atividades no local e demais documentos exigidos pela legislação sanitária vigente.

§ 1º - Os responsáveis técnicos deverão comunicar imediatamente ao DEVISA eventual integração de novos profissionais na vigência da licença de funcionamento;

§ 2º - O profissional responsável técnico deverá obrigatoriamente comunicar a Vigilância Sanitária sua eventual mudança de endereço ou encerramento de suas atividades;

§ 3º - Os profissionais cadastrados posteriormente à emissão da licença de funcionamento deverá solicitar a Assunção Técnica, e conseqüentemente a substituição da licença de funcionamento, sob pena de todos os profissionais responderem por infração sanitária prevista no artigo 6º e seu parágrafo único.

Art. 5º - O cadastramento dos profissionais deverá ser requerido junto ao Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, de todos os locais em que o profissional exerça a sua atividade.

Art. 6º - Sem prejuízo da adoção de medidas administrativas e da aplicação de outras sanções cabíveis, a inobservância quanto ao disposto nesta Lei, sujeitará o contribuinte à multa de valor igual a 05 (cinco) vezes o valor da taxa devida, e, no caso de reincidência aplicar-se-á em dobro.

Parágrafo único - Caso o infrator requerer o seu cadastramento e ou licenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias a partir da data do auto de imposição de multa, ser-lhe-á concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa.

u



# Prefeitura Municipal de Indaiatuba

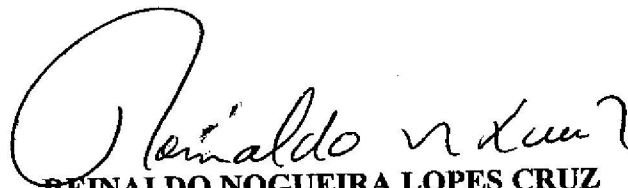
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 7º - Aplica-se às taxas instituídas por esta Lei as disposições do Código Tributário do Município de Indaiatuba, instituído pela Lei 1.284 de 20 de dezembro de 1973, e alterações posteriores, naquilo que elas não conflitarem com o disposto nesta Lei.

Art. 8º - A aplicação desta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 29 de dezembro de 2004.

  
**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**